

Votação do Regimento é adiada para depois do dia 10

Do Sucursal de Brasília

O Congresso constituinte decidiu adiar a votação do Regimento Interno para depois dos feriados de Carnaval que se prolongarão até o dia 10 de março. Voltar atrás e retomar as negociações com o PFL em torno da soberania do Congresso constituinte durante a "trégua do Carnaval". Este era o consenso ontem, dentro do PMDB, depois que o partido viu, na noite de quarta-feira, que não conseguiria aprovar a proposta de Regimento Interno, elaborada pelo senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), sem os votos do PFL.



O grupo pró-soberania já tinha até uma fórmula para a negociação. Segundo o deputado Antônio Brito (PMDB-RS), 35, um dos líderes do grupo, a saída seria combinar uma emenda do deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), apresentada na segunda-feira passada, com a proposta de Fernando Henrique Cardoso. Assim, os projetos de decisão só se destinariam a suspender medidas que possam ameaçar os trabalhos do Congresso constituinte, necessitando do apoio de um terço dos congressistas (187). Da proposta de Cardoso seriam aproveitadas as exigências de que esses projetos deverão ser apro-

vados pela Comissão de Sistematização do Congresso constituinte e em dois turnos de votação pelo plenário.

"Ficou provado — disse Brito — que o PMDB tem dificuldades para aprovar o regimento. Mas também ficou provado que o PFL não tem os votos suficientes para suprimir a soberania. O texto que resultar dessas novas negociações deverá ter essa realidade em conta".

A "trégua de Carnaval" foi acertada durante a manhã, quando Ulysses propôs aos partidos que as sessões do Congresso constituinte de quinta e sexta-feira após o Carnaval fossem canceladas. Nenhum partido apresentou objeções.

O primeiro sinal para a volta dos entendimentos já havia sido dado no final da sessão noturna de anteontem, quando o líder do PFL na Câmara, José Lourenço, voltou a plenário para dizer que o impasse na aprovação do Regimento só provava que nada se faria sem acordos.

Ao chegar, à tarde, na Câmara, Ulysses Guimarães disse que "havendo vontade política, se chega ao entendimento". Para tanto, convocou uma reunião com os líderes do PFL na Câmara e Senado, José Lourenço e Carlos Chiarelli, e do PMDB, Luiz Henrique, em sua casa, no começo da noite. O encontro, que durou uma hora e meia, terminou às 19h20, sem que se chegasse a um acordo. Lourenço e Chiarelli, ao deixarem a casa de Ulysses, não quiseram reve-

Em debate, as 'matérias de relevância'

Toda a guerra em torno da soberania do Congresso constituinte se resume numa pergunta: a Constituinte pode suspender a vigência de artigos ou mesmo modificar a atual Constituição? O substitutivo de Fernando Henrique Cardoso diz que sim. O senador cria o "projeto de decisão", pelo qual os constituintes poderão votar sobre "matérias de relevância". O debate engasgou aí, pois o PFL quis definir o que seria "matéria de relevância".

Para os pefelistas, seria um "fato superveniente, determinado e de natureza grave" que ameaçasse o funcionamento do Congresso constituinte. O PMDB não concordou com

isso e o resultado foi a retirada da bancada do PFL e PTB do plenário. Sem os 280 votos necessários para aprovar o regimento, os peemedebistas tiveram também que se retirar.

A emenda de Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) concilia as coisas. Segundo o seu texto, os projetos de decisão se destinam apenas a suspender medidas que ameacem os trabalhos e as decisões dos constituintes.

A proposta de Cardoso era ampla e isso assombrou o Palácio do Planalto, que achou que os constituintes poderiam encurtar o mandato de Sarney. Daí a batalha para definir o que seria "matéria de relevância".

lar detalhes das conversações, mas disseram que a questão da soberania continuava a ser o ponto "nevrálgico". Acrescentaram, porém, que o clima de animosidade existente na véspera estava superado. Ulysses limitou-se a expressar seu desejo de chegar a um entendimento e informou que hoje os líderes dos dois partidos voltarão a se encontrar.

A reunião na casa de Ulysses parecia ser providencial porque o líder Luiz Henrique, à tarde, ainda ameaçava com retaliações. Ao receber os jornalistas em seu gabinete, às 16h, Henrique disse que o partido

tinha votos para aprovar o regimento sem o apoio do PFL.

Henrique chegou até a dizer que o PMDB estava avaliando o comportamento do líder do governo da Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), que, na noite de anteontem, propôs o adiamento da votação do Regimento e chegou a comandar a retirada de alguns peemedebistas de plenário. Quando lhe perguntaram o que queria dizer exatamente, Henrique desconfessou: "Significa o que falei. Não vamos tomar decisões precipitadas".



Chiarelli e José Lourenço chegam para a reunião na casa de Ulysses Guimarães

Crise do Regimento fratura peemedebistas e a Aliança

Do enviado especial de Brasília

"Eu vou passar por cima de vocês como um trator" (do deputado Luiz Henrique da Silveira, 47, líder do PMDB na Câmara dos Deputados, ao deputado Carlos Sant'Anna, 53, líder do governo na mesma Casa). "Você está iludido" (resposta de Carlos Sant'Anna, também do PMDB, a Luiz Henrique).

Esse diálogo — travado anteontem, quando já ficava evidente que nem mesmo dentro do PMDB se conseguiria um acordo para votar o Regimento do Congresso constituinte — mostra claramente que a crise que aflorou em consequência da disputa regimental foi muito mais profunda: na prática, ela fraturou não só a Aliança Democrática (a coligação PMDB-PFL que teoricamente governa o país), mas o PMDB e as relações entre o presidente Sarney e seu substituto eventual, Ulysses Guimarães.

A arma para essa batalha chamou-se "projeto de decisão", mecanismo pelo qual a Constituinte poderia cogovernar, se aprovado na forma originalmente proposta pelo

PMDB. O presidente Sarney viu no dispositivo uma ameaça imediata aos seus poderes e, num futuro não muito remoto, até à duração de seu mandato.

Daí resultou o conflito Sarney-Ulysses. "Seria um aríete permanente apontado sobre a cabeça de Sarney", disse ontem à Folha o deputado Carlos Sant'Anna.

O senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), 55, líder do PMDB no Senado e relator do substitutivo do Regimento, admite que há uma forte tensão entre Ulysses e Sarney. E acrescenta que será preciso "negociar muito" para recompor o relacionamento — e não apenas entre os dois principais nomes da República.

Segundo Fernando Henrique, será preciso negociar também dentro do PMDB e entre o PMDB e o PFL, para recompor os cacos do sistema partidário após a batalha regimental. Para o líder do PMDB no Senado, os peemedebistas estão divididos em três grandes terços: os "radicalmente progressistas", os "radicalmente palacianos" e os que ficam no meio do caminho e podem se aliar ora com os primeiros, ora com os segundos.

Planalto quer limitar o poder da Constituinte

O Palácio do Planalto não admite que o Congresso constituinte tenha soberania para mudar a Constituição em vigor, antes da promulgação da nova Carta, e não aceita que o PMDB seja dominado pelos grupos de esquerda do partido. "A Constituinte não pode governar o país", disse na última terça-feira o ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel.

O raciocínio de Maciel foi completado ontem pelo líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA). "Uma minoria não pode controlar o partido (o PMDB) e determinar suas posições partidárias", afirmou. A preocupação de ambos é a

mesma: sob comando de sua "esquerda" e com poderes para mudar a Constituição em vigor, o PMDB teria condições de modificar o período de mandato do presidente José Sarney, que a atual Constituição fixa em seis anos. Ao mesmo tempo, estaria em condições de interferir em decisões eventualmente impopulares do governo, justamente num ano de crise econômica.

Adiar a votação

Foi para impedir a hegemonia da "esquerda" dentro do PMDB, seu principal partido de sustentação, e sustar os poderes do Congresso

constituinte de mudar a atual Constituição, que o Palácio do Planalto mobilizou todas as suas forças políticas para adiar a votação do Regimento Interno da Constituinte, anteontem.

Nesta manobra, o Palácio do Planalto, o PFL e os "moderados" do PMDB colocaram-se em posição oposta aos líderes do PMDB: o deputado Ulysses Guimarães, o senador Fernando Henrique Cardoso (relator do substitutivo de Regimento) e o deputado Luiz Henrique, líder do partido na Câmara. Colocaram-se também contra a união da "esquerda" do PMDB com o PT, PDT, PCB e

PC do B, que apoiaram o substitutivo de Cardoso.

A raiz do problema é o artigo 57, parágrafo 7º, do substitutivo de Regimento Interno, que trata da soberania do Congresso constituinte. Por este parágrafo, que cria os chamados "projetos de decisão", o Congresso constituinte teria condições de aprovar, desde que por maioria absoluta dos 559 parlamentares, "matérias de relevância para a Assembléia Nacional Constituinte". Embora evasivo, esse texto, a que Cardoso chegou depois de sucessivas consultas dentro do PMDB, ainda assim não obteve consenso.

Sarney apelou ao PFL para tentar barrar os "projetos de decisão"

Do Reportagem Local e do Sucursal de Brasília

O presidente José Sarney, telefonou, no princípio da madrugada de anteontem, ao líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli (RS), 46, apelando para que o partido impedisse a aprovação do parágrafo 7º do artigo 57 do substitutivo do Regimento Interno elaborado pelo senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP). Este parágrafo cria os "projetos de decisão", que garantiria aos constituintes poderes para alterar a atual Constituição.

O presidente estava em sua residência oficial, o Palácio da Alvorada, e o senador Chiarelli a apenas cinco quilômetros de distância, trancado no gabinete do líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), 53. Chiarelli ligou a Lourenço, e a um grupo de senadores e deputados de seu partido, que Sarney lhe pedira para fazer "tudo o que for possível" para evitar a aprovação do "projeto de decisão".

A apreensão de Sarney foi compartilhada pelo comando do PFL no Congresso, reunido na sala de Lourenço. O próprio líder do partido na Câmara fez questão de ressaltar: "Se

aprovar uma coisa dessas, a primeira coisa que eles fazem é tirar o Sarney do Planalto, e vão tirar a pedrada..."

Ontem, pouco antes de ser convidado pelo presidente do Congresso constituinte, do PMDB e da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, para negociar a votação do Regimento, Lourenço afirmou que "tenho força para aprovar, mas não vou aprovar o Regimento", assegurando estar a favor da "força do entendimento".

Pela manhã, senador Carlos Chiarelli chegou a marcar uma audiência, para o fim da tarde, com o ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel — encontro que Chiarelli desmarcou para ir à casa de Ulysses Guimarães.

Amaral Netto

O líder do PDS na Câmara, deputado Amaral Netto (RJ), 65, ocupou ontem a tribuna do Congresso constituinte para desculpar-se de, segundo afirmou, haver agredido o PMDB na sessão de anteontem, quando acusou os peemedebistas de "fazer carnaval e palhaçada" ao negarem-se a negociar o substitutivo do Regimento. O plenário aplaudiu o pedido de desculpas.